

# Editorial

A *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)* é o periódico quadrimestral da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), entidade que tem como objetivos congregar pesquisadores e docentes em história da educação e estimular estudos interdisciplinares, promovendo intercâmbios com entidades congêneres nacionais e internacionais e especialistas de áreas afins. Na *RBHE* são veiculadas pesquisas sobre temas de interesse da área de educação, que, todavia, ultrapassam esse campo de investigação para abordar temas variados, tais como instituições escolares, políticas educacionais, pensamento educacional, culturas e práticas escolares, educação comparada, profissão docente e saberes escolares, formação de professores, currículo, ensino-aprendizagem, leitura e escrita, metodologias de ensino.

A *RBHE* encontra-se indexada em quatro bases de dados nacionais e em três bases internacionais, alcançando o público mediante três canais principais: distribuição aos associados à SBHE, vendas avulsas organizadas pela secretaria da entidade e venda direta em livrarias por meio da comercialização da Editora Autores Associados. As revistas são disponibilizadas, além disso, no sítio eletrônico da SBHE. Nosso esforço de socialização e de incentivo à formação de pesquisadores também pode ser observado pelo número de doações e permutas. Atualmente, realizamos 15 permutas com periódicos nacionais e doações a 65 bibliotecas de instituições de ensino superior, privilegiando as públicas,

bem como a mais de três dezenas de grupos de pesquisa cadastrados na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O projeto editorial procura garantir ampla diversidade institucional dos autores filiados a instituições de pesquisa e ensino nacionais e estrangeiras. Com efeito, no período de 2005 a 2008, a *RBHE* contou com a participação de pesquisadores de 29 instituições de ensino superior brasileiras, com a predominância de programas de pós-graduação de universidades públicas. Quanto à presença de pesquisadores filiados a instituições estrangeiras, este periódico manteve a média de dois artigos inéditos por ano, além de traduções.

A *RBHE* é a única revista acadêmica brasileira especializada na temática da história da educação, e sua leitura já se tornou uma tradição entre alunos de graduação, pós-graduação, docentes e pesquisadores interessados no tratamento histórico de temas associados à cultura e à educação. Pela singularidade da sua missão e pela qualidade de artigos, traduções, resenhas e notas de leitura publicados, a *RBHE* tornou-se uma referência na especialidade, como veículo de diálogo entre as áreas da educação e da história e entre especialistas nacionais e estrangeiros. Esse reconhecimento pode ser medido, por exemplo, pela representativa inclusão de diversos de seus artigos em bibliografias de cursos de graduação e pós-graduação em instituições brasileiras de ensino superior.

Neste seu número 20, a *RBHE* traz mais uma amostra de sua pluralidade temática, colorida em seu sumário pela variedade regional das pesquisas originais. Comporta, além disso, o impacto da ainda recente atenção dispensada pelos pesquisadores da área pelo século XIX, tido pela historiografia da educação brasileira de até meados dos anos de 1980 como um período de sombras e insucessos, mas que aqui se descortina em sua riqueza temática e de significados para a compreensão da história da educação brasileira. Em “Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX”, Wenceslau Gonçalves Neto e Justino Magalhães empreendem uma análise do desenvolvimento de um sistema nacional de ensino em Portugal. Nesse país, em que os particulares foram conclamados a partilhar com

o Estado o esforço pelo oferecimento da instrução popular, os autores destacam o caso de um empresário de uma freguesia do interior que encontrou, no nível político local, sérias resistências a seus esforços para construir e doar uma escola à municipalidade. Utilizando-se de documentação guardada na Torre do Tombo, em Lisboa, os autores demonstram como podem ser complexos os movimentos históricos em torno do processo de difusão da educação nos diversos Estados nacionais, e os conflitos de poder que os acompanham, mesmo sendo a necessidade da difusão da educação e suas instituições uma temática consensual nos discursos políticos.

Em “A ‘vulgata histórica’ ou o que todo ‘indivíduo de certa cultura’ deveria conhecer sobre o mundo no início do século XX”, Itamar Freitas trata os conteúdos de história universal que, segundo o professor e historiador Jonathas Serrano (1855-1944), deveriam interessar aos futuros engenheiros, médicos e advogados em sua formação secundária. Baseado em pesquisa original com base em documentos como livros didáticos, programas de ensino e inquéritos, o artigo apresenta interessantes quadros demonstrativos e discute a autoria, as concepções pedagógicas e historiográficas dos programas produzidos para o referido componente curricular na Primeira República, destacando e explorando o antagonismo existente entre os adeptos do “socialismo cristão” e os militantes do “socialismo materialista” no Brasil.

Mariléia dos Santos Cruz traz, em “Políticas de ações negativas e aspirações de famílias negras pelo acesso à escolarização na província do Maranhão no século XIX”, uma interessante abordagem sobre a momentosa questão da escolarização dos negros no Brasil. Utilizando fontes primárias impressas e manuscritas sobre a instrução pública naquela província, identifica a ocorrência de “ações negativas”, isto é, políticas tomadas pelos poderes com o objetivo de dificultar o acesso de negros ao ensino público, tais como o estabelecimento de critérios de admissão baseados na condição (livre ou escravo) e na cor da pele. A autora destaca, além disso, as aspirações de famílias negras pela escolarização de seus filhos, evidenciando que os negros estavam cientes do significado social do acesso aos saberes elementares.

A temática da escolarização no século XIX, notadamente de sua disseminação entre os grupos desprivilegiados da sociedade brasileira, prossegue no artigo “Colônia Orfanológica Isabel: uma escola para negros, índios e brancos (Pernambuco 1874-1889)”, em que Adlene Silva Arantes aborda a iniciativa dos missionários capuchinhos de receber crianças “órfãs e ingênuas” na Colônia Orfanológica Isabel, em Pernambuco. Nessa instituição tiveram lugar práticas educativas destinadas a civilizar e educar meninos negros, brancos e índios, cuja natureza e significados depreendem-se de fontes tais como programas de disciplinas, regulamentos, regimentos, relatórios e ofícios da instituição, documentos variados da presidência da província, documentos eclesiásticos e livros escolares.

Em “Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores”, Giselle Baptista Teixeira e Alessandra Frota de Schueler apresentam alguns dos resultados da pesquisa que realizaram sobre produção, aprovação e adoção de livros para uso das escolas públicas primárias cariocas na segunda metade do século XIX. As autoras privilegiaram em sua análise a atuação de professores e professoras primárias como autores ou tradutores de textos, o que as permite sustentar a hipótese de que, desempenhando e disputando a *função-autor*, teriam participado da produção de saberes, textos, materiais e livros escolares, interferindo assim na qualidade de “intelectuais do ensino e da cidade”, na configuração da cultura escolar na cidade do Rio de Janeiro.

“O ensino da leitura e escrita segundo Antônio d’Ávila: *Práticas escolares* (1940)”, de Thabatha Aline Trevisan, apresenta-se como uma contribuição para a história da formação de professores primários no Brasil. Nesse artigo, a autora expõe os resultados de uma minuciosa análise do manual *Práticas escolares* (1940), elaborado pelo educador paulista Antônio d’Ávila, no qual identifica “uma síntese dos saberes e práticas derivados, predominantemente, do ideário escolanovista”, tidos como necessários para a eficiência e êxito dos futuros professores primários, em especial, no desenvolvimento das práticas escolares de ensino da leitura e escrita.

Em “A revista *Educação Physica* (1932-1945): fórmula editorial, prescrições educacionais, produtos e publicidade”, Omar Schneider e Maria Rita de Almeida Toledo analisam esse periódico com base em sua fórmula editorial. Promovendo “uma arqueologia do impresso”, tomam como foco central o “aparelho crítico” e os “dispositivos editoriais” da revista, empregados pelos editores para o controle dos modos de leitura e dos usos. Investindo no pressuposto de que o estudo do “aparelho crítico” de um impresso é crucial para que se compreenda um projeto editorial, as representações e os saberes que faz circular, os autores buscam apresentar a revista como “dispositivo de normatização” de práticas, de intervenção e de imposição de modelos pedagógicos para a educação física escolar na década de 1930.

Por fim, este número apresenta a nota de leitura, de autoria de Sérgio Paulo Aurnheimer Filho, do livro de Maria Cristina Gomes Machado, *Rui Barbosa: Pensamento e ação – uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional*.

Tenham uma ótima leitura!

*A Comissão Editorial*